CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Of. Circular CM/GP Nº 228/2025 **Em 3 de junho de 2025**

Ao Excelentíssimo Senhor
DAVID ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente do Senado,

Encaminho a Vossa Excelência, cópia da **MOÇÃO Nº 145/2025**, de autoria do nobre Edil **WAGNER RICARDO PEREIRA**, aprovada pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 02 de junho de 2025.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)
VEREADOR CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 1872-EB82-W36Z-5470

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=1872EB82W36Z5470, ou vá até o site https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 1872-EB82-W36Z-5470

CRISTIANO GAIOTO
Vereador - Presidente
Assinado em 04/06/2025, às 09:25:30

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 1872-EB82-W36Z-5470

MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Moção Nº 145/2025

EMENTA: MOÇÃO DE REPÚDIO À REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO (EC 132/2023 E LEIS DECORRENTES), EM RAZÃO DOS SEUS IMPACTOS NEGATIVOS SOBRE A AUTONOMIA FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E ARRECADATÓRIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

Requeiro à Mesa, na forma regimental de estilo, depois de ouvido o Douto Plenário, e de acordo com o Art. 162, combinado com Art. 152 § 2º do Regimento Interno vigente, que seja registrada em ata de nossos trabalhos a Moção de Repúdio à Reforma Tributária sobre o consumo (EC 132/2023 e leis decorrentes), em razão dos seus impactos negativos sobre a autonomia financeira, administrativa e arrecadatória dos municípios brasileiros.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP, no uso de suas atribuições regimentais, manifesta repúdio à Reforma Tributária sobre o consumo (EC 132/2023 e leis decorrentes), aprovada pelo Congresso Nacional nos anos de 2023 e 2024, pelos impactos negativos que impõe aos municípios brasileiros.

A reforma, embora se apresente como medida de simplificação do sistema tributário nacional, centraliza competências, esvazia a autonomia municipal e compromete a arrecadação própria dos entes locais, agravando o já precário equilíbrio federativo do país.

Dentre os principais pontos de preocupação, destacamos a perda da autonomia tributária municipal, com o fim do ISS – Imposto Sobre Serviços –, que representa uma das mais importantes fontes de arrecadação própria das prefeituras; além da criação do Comitê Gestor centralizado em Brasília, que retirará dos municípios o poder de gerir sua arrecadação e definirá regras de forma distanciada da realidade local, contrariando o princípio constitucional da autonomia dos entes federativos. Frisamos também que a longa e incerta transição para os entes, gerará insegurança jurídica e administrativa, dificultando o planejamento financeiro e a adaptação das administrações municipais.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1168/2025 - 15/05/2025 - 15:08 - V149-5C91-18F7-CFW1

Ademais, há risco real de perda de arrecadação para dezenas de municípios, sobretudo aqueles que hoje abrigam atividades econômicas relevantes, mas que serão penalizados com a mudança do princípio da tributação da origem para o destino.

Assim, nos moldes em que foi aprovada, a reforma não corrige as distorções do federalismo fiscal brasileiro, apenas as transfere e as aprofunda. Ao contrário de promover o equilíbrio entre os entes federativos, ela acentua a concentração de poder na União e desampara os municípios, que são, na prática, os responsáveis diretos pela execução das políticas públicas e pela entrega dos serviços essenciais à população.

Diante disso, a Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP reafirma seu compromisso com a defesa da autonomia municipal, da justiça federativa e da responsabilidade fiscal local, e solicita que o Congresso Nacional reconsidere os termos aprovados, promovendo os ajustes necessários para que a reforma tributária não seja um retrocesso para os municípios brasileiros.

Requeiro que seja remetida cópia dessa propositura ao Palácio do Congresso Nacional, no seguinte endereço: Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, Brasil, CEP: 70160-900.

Sala das Sessões "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", em 15 de maio de 2025.

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim
Partido Liberal (PL)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1168/2025 - 15/05/2025 - 15:08 - V149-5C91-18F7-CFW1

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=V1495C9118F7CFW1, ou vá até o site https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: V149-5C91-18F7-CFW1

WAGNER RICARDO PEREIRA
Vereador - 1º Vice-Presidente
Assinado em 15/05/2025, às 15:08:47

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1168/2025 - 15/05/2025 - 15:08 - V149-5C91-18F7-CFW1